



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000268-83.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
 Requerente: **Roseli Petrilli Volante**
 Requerido: **Cred - System Administradora de Cartões de Crédito Ltda. e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que realizou a compra de um produto junto à segunda ré, efetuando o pagamento por meio de cartão de crédito mantido junto à primeira ré.

Alegou ainda que ocorreu um problema com uma das parcelas pertinentes e que foi por isso inserida perante órgãos de proteção ao crédito pela primeira ré.

A preliminar arguida a fl. 33, item 1.2, merce acolhimento.

Com efeito, os fatos trazidos à colação não dizem respeito à conduta da segunda ré, mas à quitação de uma das parcelas do preço de produto que a autora adquiriu.

Por outras palavras, a segunda ré não tem ligação com o episódio noticiado e em consequência não poderá figurar no polo passivo da relação processual.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

No mais, o relato exordial permite entrever que a autora fez uma compra e dividiu o pagamento em quatro prestações no cartão de crédito.

Extraí-se dele, ademais, que a terceira parcela, com vencimento em 12/10/2014 foi paga duas vezes, o que deu causa à negativação da autora porque a última parcela permanecia em aberto nos sistemas da ré.

A manifestação de fls. 82/83 reforça essa convicção, tendo a própria autora assumido o seu "*erro involuntário*" (fl. 82, quarto parágrafo) ao implementar o pagamento em duplicidade já destacado.

O quadro delineado conduz ao acolhimento parcial da pretensão deduzida.

Isso porque de um lado se admite que a negativação da autora foi indevida, porquanto ela realizou o pagamento integral da dívida que contraiu.

Deverá a mesma bem por isso ser definitivamente excluída, ausente lastro que lhe desse respaldo, além de declarar-se a inexigibilidade de débitos a cargo da autora.

Sem embargo, reputo que ela não faz jus ao recebimento de indenização para ressarcimento de danos morais.

A despeito de reconhecer que a irregular negativação dê margem a isso, nota-se que a hipótese vertente possui peculiaridade consistente na eclosão dos acontecimentos ter origem em equívoco da autora ao quitar por duas vezes a mesma parcela.

Por outras palavras, como foi ela quem em última análise rendeu ensejo ao desdobramento verificado não fará jus à percepção de quantia a esse título.

Ressalvo, por oportuno, que não se cogita de má-fé de qualquer das partes, sendo o episódio fruto de lapsos que poderiam acometer qualquer pessoa mediana.

Isto posto, julgo extinto sem julgamento de mérito o processo relativamente à segunda ré, com fundamento no art. 267, inc. VI, do Código de Processo Civil, e no mais **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexigibilidade de qualquer débito a cargo da autora oriundo da compra tratada nos autos.

Torno definitiva a decisão de fls. 08/09, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

P.R.I.

São Carlos, 16 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**